

R\$2

(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista



OU É SOCIALISMO OU É BARBÁRIE

CAPITALISMO CONDUZ HUMANIDADE À CATÁSTROFE CLIMÁTICA

Enquanto 2023 já é o mais quente em 125 mil anos,
a vergonhosa conferência climática da ONU se torna
balcão de negócios de petroleiras e mineradoras

Páginas 8 e 9

NACIONAL

**EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA
DA BRASKEM AFUNDA
BAIRROS EM MACEIÓ**

Páginas 10 e 11

PRIVATIZAÇÕES

**GREVE PAROU
SÃO PAULO CONTRA
AS PRIVATIZAÇÕES**

Páginas 4 e 5

INTERNACIONAL

**ISRAEL TAMBÉM PROMOVE
NAKBA AMBIENTAL
NA PALESTINA**

Páginas 12 e 13

pág inadois

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“ Podemos ser os últimos a produzir petróleo no mundo ”



Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, na COP-28, a conferência ambiental da ONU.

SOLIDARIEDADE À PALESTINA!

FAÇA SEU CADASTRO NO SITE E BAIXE GRATUITAMENTE OS LIVROS EM PDF:



SUNDERMANN  WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR  (11) 984-99-5443

DIVISÃO DE TAREFAS

Presidente da Petrobras diz que petroleiras privadas vão fazer transição energética

Segundo Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, as empresas estatais e mistas vão continuar produzindo petróleo. “A gente tem que se preparar para administrar isso [o prolongamento das atividades], porque as empresas privadas vão ter uma agilidade maior, elas vão buscar [fazer a transição energética de maneira mais rápida], até porque os acionistas, o financiamento, tudo vai levá-las à transição”, disse. “As empresas estatais mistas e as estatais nacionais [...] vão acabar herdando essa responsabilidade [de produzir o petróleo que ainda for necessário] e vão ser cobradas pelo mundo”, jus-



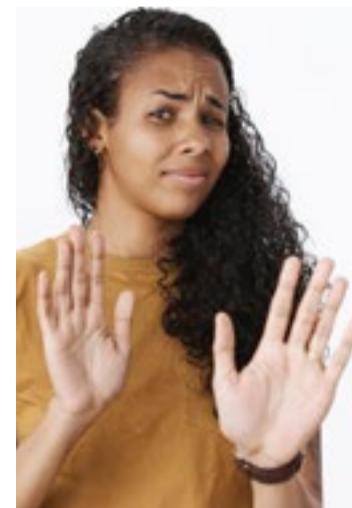
tificou. Prates ainda falou: “O mundo vai dizer assim: ‘olha, ainda preciso de petróleo, por favor, tente ser o mais descarbonizado possível para que você cumpra essa missão e nos supre enquanto nós fazemos a transição’”. Para Prates a divisão de tarefas é clara: as grandes petroleiras estrangeiras investem no desenvolvimento de novas tecnologias para a chamada transição energética, enquanto empresas como a Petrobras continuariam a explorar combustíveis fósseis. E quando acabar o petróleo? Elas acabam também?

RACISMO QUE MATA

Pesquisa aponta aumento na taxa de homicídios para mulheres negras

A nova edição do Atlas da Violência, publicação anual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu no país 0,5%, entre 2020 e 2021. No mesmo período, houve redução de 2,8% para as mulheres não-negras, que incluem brancas, amarelas e indígenas. Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Esse núme-

ro representa 67,4% do total de mulheres assassinadas. Também corresponde a uma taxa de 4,3 vítimas para cada 100 mil habitantes. Trata-se de um índice 79% superior ao das mulheres não-negras. Quando os dados envolvem a população negra, incluindo homens e mulheres, o cenário mostra que, em 2021, 79% de todas as vítimas de homicídio eram negros. Ou seja, 8 de cada 10 pessoas assassinadas.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

 opiniao@pstu.org.br

 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Colapso ambiental é produto da barbárie capitalista

Ereconhecida a característica de Lula de tentar combinar coisas antagônicas.

Por isso, sempre diz que faz um governo para todos. Ricos e pobres. Patrões e trabalhadores. Esquerda e direita. Isto muitas vezes é tido como uma virtude por parte da população. O problema é que esta divisão e a desigualdade social não são criações da cabeça das pessoas.

Elas existem de verdade. Existem apenas 2.544 bilionários entre sete bilhões de pessoas. Eles detêm US\$ 12 trilhões que, em sua maior parte, foram herdados, segundo levantamento do banco suíço UBS. Enquanto isso, bilhões de trabalhadores e trabalhadoras que não têm riqueza alguma precisam viver diretamente do seu trabalho. Esses bilionários, que controlam as grandes empresas capitalistas, dominam os países e promovem seus interesses por todo o planeta.

CONCILIAR O IRRECONCILIÁVEL

Ou seja, a impossibilidade de Lula em conciliar os interesses antagônicos não é uma questão de opinião política. É evidenciado pelos próprios fatos da realidade. Quando uma empresa como a GM quer demitir milhares, pressiona por mais isenção fiscal, enquanto não investe no país e tenta rebaixar salários. Tudo isso em nome do aumento de seus lucros diante da competição das montadoras.

Quando vemos o resultado da privatização da ENEL, empresa de energia em São Paulo, e a insistência do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) em privatizar a Sabesp (companhia de saneamento e água), fica demonstrado como o seu governo está a serviço dos ricos.

Mas o governo Lula diante das privatizações? Nos discursos, diz que é contra a privatização, mas, na prática, privatiza de outro maneira, por meio das Parcerias Públíco-Privadas (PPPs). Nem reverte as privatizações dos



Bairros com risco de afundamento desocupados em Maceió. Minas da Braskem.

Foto: Gélio Passos/Agência Brasil

governos anteriores nem luta contra as privatizações dos governos estaduais da direita. Pelo contrário. Vem fazendo acordos e financiando vários projetos privatistas.

O projeto de Lula é uma espécie de neoliberalismo induzido pelo Estado, com relativo aumento dos gastos públicos. É diferente daqueles setores que defendem um neoliberalismo com menor participação do Estado, como Bolsonaro.

Mas, o certo é que quem segue ganhando, apesar dessa mudança na política, são os setores capitalistas. Por isso, tivemos a aprovação do Arco-Brasileiro Fiscal, cortes de verbas das áreas sociais, Reforma Tributária e outras medidas para favorecer empresários, além de uma política industrial para garantir o lucro dos empresários em detrimento do trabalhador.

Se seguirmos nessa toada, o problema não é só que os trabalhadores ficarão sem direitos, sem salários ou com péssimas condições de vida. É possível que o colapso ambiental destrua a civilização.

SEDE POR LUCROS APROFUNDAM CRISE AMBIENTAL

Na situação escandalosa de Maceió, a Braskem, que é fruto de uma privatização, está afun-

dando e destruindo grande parte da cidade. Ali, se combinam a busca por lucros, o papel nefasto dos governos, mas, também, a falsidade do discurso que tenta conciliar capitalismo com proteção do meio ambiente.

O planeta está registrando temperaturas recordes. O aquecimento global, produto da emissão de CO₂ na atmosfera, ameaça as condições de vida de grande parte da humanidade. Basta vermos os desastres cada vez mais frequente e fatais.

Por isso, o fiasco da conferência da COP-28 (conferência do clima da ONU) é um verdadeiro escândalo. Ao invés de ser uma reunião que resultasse em medidas efetivas para redução das emissões, diminuindo a produção e uso dos combustíveis fosseis, o que se viu foi um show de hipocrisia e negociações capitalistas, em nome da indústria do petróleo ou dos "capitalistas verdes".

Mais uma vez, a dubiedade de Lula ficou evidente. Ao mesmo tempo em que fez um discurso como se fosse embajador da sustentabilidade e da "economia verde", Lula aprovou a entrada do Brasil na Opep+. Tanto ele quanto o presidente da Petrobras reafirmaram seu compromisso de extrair tanto petróleo quanto for possível, inclusive na foz do Amazonas.

O fato é que os países ricos são os responsáveis pela catástrofe ambiental. Suas multinacionais seguem lucrando com a energia suja e a energia limpa.

Por isso, também é bastante sério que Lula foque seu suposto projeto de desenvolvimento no petróleo, e não em energias renováveis. Isso só aprofundará a decadência e a dominação do Brasil pelos países imperialistas, valendo lembrar que as multinacionais já estão entrando aqui para disputar o atual mercado de petróleo; mas, também, o futuro mercado de energia eólica e solar. Inclusive o sistema elétrico nacional já foi praticamente desnacionalizado. Isso é um ataque à nossa soberania.

EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE NA LUTA CONTRA A RECOLONIZAÇÃO

É preciso transformar a Petrobras numa empresa 100% estatal, controlada pelos trabalhadores e pelo povo, que produza energia 100% renovável, não fóssil e sem emissões de CO₂. Para isso, seria preciso um volume de capital gigantesco, mas que, hoje, vai para os bolsos dos acionistas bilionários.

Por isso, é preciso reestatizar a Petrobras, a Eletrobras e expropriar essas multinacionais, colocando-as sob controle dos trabalhadores e do

povo. Só assim conseguiríamos implementar uma mudança da matriz energética de maneira rápida e eficiente.

Mais importante: chamando uma mobilização mundial para derrotar os governos imperialistas, os negacionistas do clima e as multinacionais do petróleo, rumo a uma nova sociedade. Uma sociedade socialista em que o metabolismo social entre os seres humanos e a natureza estivesse a serviço da vida, dos mais pobres e do planeta. E não a serviço de um punhado de bilionários.

DERROTAR O CAPITALISMO

Nenhum setor capitalista se diz contra a transição energética, mas seguem com planos para a extração de máxima de petróleo em todo mundo. Mesmo os capitalistas que investem em energia verde não o fazem por conta do meio ambiente, mas para criar novos ramos de produção, aonde possam enriquecer ainda mais. E enquanto tiver capitalismo, continuará existindo as consequências danosas para a natureza, basta ver a destruição causada pelas turbinas eólicas.

A matriz energética atual é um desastre. E a suposta transição energética é lenta, insuficiente e nos leva à barbárie ambiental. Tudo em nome dos lucros, da disputa de mercados e do controle de tecnologia. O problema é que a natureza não está nem aí para o crescimento do PIB, as taxas de lucro ou os índices de produtividade.

A humanidade, no final das contas, está em risco. Mas, não por uma perversidade das forças naturais. Não por sua própria obra. A raiz do perigo é a forma como a sociedade é organizada neste sistema capitalista, no qual até mesmo criações humanas, como o "PIB", o "lucro" e a "apropriação privada", ganham uma força sobrenatural e levam a humanidade a sua própria destruição.

É por isso que precisamos construir uma organização revolucionária nacional e internacional, para deter a barbárie e mudar o país e o mundo.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TDVM3H](https://bit.ly/3TDVM3H)**

#NÃOOPRIVATIZASP

Greve em 28 de novembro parou São Paulo contra as privatizações de Tarcísio

É preciso preparar os próximos passos!

 CAMILO MARTIN,
DE SÃO PAULO (SP)

No dia 28 de novembro, a cidade de São Paulo mais uma vez amanheceu parada. Trabalhadores do Metrô, da CPTM (trens) e da Sabesp (saneamento) cruzaram os braços contra o pacotão de privatizações dos serviços públicos fundamentais. Além destes, professores das redes estadual e municipal, do Centro Paula Souza (institui-

ções técnicas de ensino) e trabalhadores da Fundação Casa (atendimento socioeducativo) participaram das manifestações que denunciavam a entrega do patrimônio público para privilegiar bilionários.

Assim como em 3 de outubro, o debate sobre as privatizações ganhou centralidade. Ainda está fresco na cabeça da população o caos cotidianamente provocado pelas falhas nas linhas privadas de transportes 8 e 9 e

o recente apagão de seis dias causado pela ENEL, a concessionária privada de energia, que afetou a vida de milhões e gerou grandes prejuízos. Exemplos do verdadeiro desprezo com o povo.

O governador privatista não quer poupar nenhum serviço público. Tudo para ele é dinheiro no bolso dos seus amigos empresários. Recentemente, anunciou que vai construir 33 escolas com administração privada, custeadas com verbas federais, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Enquanto fechávamos essa edição, estava em pauta, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o projeto de privatização do

saneamento estadual. Apesar das evidências de que a empresa é altamente rentável para o Estado, Tarcísio segue dando passos para entregar a Sabesp para a ini-

ciativa privada, contra a vontade popular. Na véspera da votação, o governador liberou mais de R\$ 70 milhões em emendas para deputados aliados.



AUTORITÁRIO



Governo apostou na criminalização e ameaças, e trabalhadores respondem com mobilização

Depois da greve unificada em 3 de outubro, Tarcísio apostou na criminalização dos trabalhadores. Demitiu oito metroviários, entre eles o vice-presidente do sindicato, Narciso Soares, e o ex-presidente Altino Prazeres, ambos militantes do PSTU.

Às vésperas da greve de 28 de novembro, anunciou punições aos que aderissem à paralisação. O objetivo era atacar o direito de greve e enfraquecer o movimento. Não conseguiu! O que se viu foi um dia bastante forte, principalmente entre os metroviários, onde a adesão chegou a cerca de 92% da categoria.

POVO É CONTRA PRIVATIZAR

Campanha ampliou o desgaste de Tarcísio e fortaleceu a luta contra a privatizações



Ato durante a greve unificada do dia 28

Se antes a maioria da população de São Paulo já era contrária às privatizações, como ficou evidente em uma pesquisa do Datafolha, de abril de 2023, a campanha que vem sendo realizada nos últimos meses tem ampliado o desgaste do governo e consolidado o rechaço ao projeto privatista.

O plebiscito realizado pe-

los movimentos sindical e popular, que coletou 879.431 votos, demonstrou que 99,9% dos votantes são contrários às privatizações. No próprio dia da greve, quando o debate ficou polarizado, nas redes sociais ocorreram muitas demonstrações de apoio. A hashtag #NãoPrivatizaSP esteve entre as 10 mais co-

mentadas na rede social X (antigo Twitter).

Uma pesquisa apresentada pelo jornal O Globo, do dia 2 de novembro, apontou queda de 22,5% na avaliação positiva do governador, antes sequer de completar um ano de mandato.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RV5MNX](https://bit.ly/3RV5MNX)**

FORTALECER A LUTA

Centrais sindicais e organizações de esquerda precisam ampliar mobilização

As privatizações refletem um projeto da burguesia nacional, submissa ao projeto de recolonização que o imperialismo tem para o país. Por isso projetos privatistas têm sido aplicados em todo país pelos governos estaduais e também pelo governo federal.

Os impactos destes projetos têm consequências para o conjunto da classe trabalhadora.

Por isso, as centrais sindicais deveriam unificar a luta e das organizações de esquerda deveriam priorizar estes embates, construindo, por exemplo, um plano nacional de luta contra as privatizações e os ajustes fiscais.

UM SILENCIO CÚMPLICE

Infelizmente, não é isso que temos visto. O apoio

das grandes centrais sindicais, como a CUT, a CTB e a Força Sindical, ou da maioria das organizações de esquerda e suas principais figuras, tem sido bastante abaixo das possibilidades.

Uma das figuras com maior projeção em São Paulo, Guilherme Boulos, do

PSOL, sequer participou da manifestação ou se pronunciou em apoio à greve.

Isso é uma opção destes setores que priorizam as eleições burguesas, ao invés de priorizar a luta pelos direitos dos trabalhadores. E, por outro lado, optam por não avançar na unificação das lutas contra

as privatizações, uma vez que isso fortaleceria o enfrentamento não só contra os nefastos governos estaduais de Tarcísio, em São Paulo, o Romeu Zema, em Minas Gerais, mas também contra o governo federal, que segue com seu “Plano Nacional de Desestatização” a todo vapor.

ENTREVISTA

“Nossa luta é contra as privatizações, pela reestatização das privatizadas e contra as punições aos que lutam”



Altino Prazeres o entrevistado

Altino de Melo Prazeres, ex-presidente do Sindicato dos Metroviários e demitido após a greve do dia 3 de outubro, expôs no programa do Datena a “economia das privatizações”: bilhões de dinheiro público são drenados para privilegiar meia dúzia de bilionários, fazendo com que o povo sofra com as consequências. O **Opinião** conversou com Altino sobre esta situação.

Teve grande repercussão sua entrevista no programa do Datena. O que está por trás da política de privatização e como privilegia os bilionários capitalistas.

A entrevista, ao vivo, foi parte da luta contra as privatizações, da greve unificada do dia 3 de outubro, do Plebiscito Popular, com mais de 900 mil votos contra as privatizações.

Conseguimos pautar o tema na sociedade. O governador Tarcísio teve que nos responder, na mídia, e ainda teve as falhas das empresas privadas nas linhas do

metrô, nas ferrovias e o apagão da companhia elétrica ENEL, que atingiu milhões de pessoas por vários dias.

Com Datena, foi um dia antes da greve do dia 28, e eu só demonstrei que as quatro linhas privatizadas, que têm por trás a CCR, transportam a metade dos passageiros que usam o sistema estatal, mas ganham quatro vezes mais que o setor estatal. Assim, se explica porque a CCR tem, agora, novos 5 bilionários na lista da Forbes.

Esta situação não é uma realidade apenas de SP. As privatizações têm acontecido em todo país, sob diferentes governos e muitas vezes sob a forma de Parcerias Público-Privadas (PPPs), defendidas pelo governo do PT. Fale sobre esse cenário nacional das privatizações.

A Lei da PPPs, assinada em 30/12/2004, por Lula, foi elaborada pelo Haddad que, agora, promete uma nova super PPP para

esta lei é muito perversa porque o Estado entra com as garantias, remunera o setor privado por contrato, os bilionários lucram muito e, se der tudo errado, devolvem pro Estado.

Agora, vemos a luta contra a privatização e pela reestatização sendo um tema nacional, como em Minas Gerais (água, saneamento, energia, gás e o minério nióbio), na Bahia (a Bahiagás), no Paraná (energia), no Rio Grande do Sul (saneamento) e em São Paulo (metrô, ferrovia, saneamento, água etc.). Além da luta pela Petrobras 100% estatal, para baratear o gás de cozinha e o combustível, o Sistema Telebrás, a Eletrobrás e tantas outras que têm grande repercussão na maioria da população.

Todas estas privatizações estão a serviço dos grandes empresários e dos países mais ricos.

Os governos têm usado da repressão, e o Tarcísio demitiu oito metroviários após a greve do dia 3 de outubro, inclusive você. Qual é a motivação das demissões e como reverter esta perseguição?

A minha demissão, do Narcis-

OLHA O GOLPE!

Aumento da tarifa em 2024 é mais um ataque a favor dos bilionários

Tarciso anunciou que, no início de 2024, irá aumentar o valor das tarifas de metrô e dos trens. Isso é mais uma medida para dar dinheiro para as empresas privadas e fazer com que o povo pague a conta.

A luta pela tarifa zero é parte do combate contra as privatizações. Se todos os serviços se mantiverem estatais e os setores já privatizados forem reestatizados, é possível mudar a lógica, em favor dos trabalhadores e do povo pobre. O transporte não seria mais uma mercadoria, mas um direito da população. O Estado subsidiaria o transporte para quem trabalha e não para gerar lucros para os bilionários. Com a reestatização, seria necessário eleger um conselho, com trabalhadores e usuários, para fiscalizar e decidir como o serviço funcionaria e onde os recursos seriam aplicados.

so, vice-presidente do sindicato, mais dois diretores do sindicato, três cipeiros e um operador de trem são tentativas de calar a voz contra as privatizações e a entrega do patrimônio público para os grandes bilionários.

Fomos demitidos no dia 24 de outubro, fruto desta luta, duas semanas depois de uma mobilização dos operadores de trem contra as punições, porque este setor se negou a dar treinamento para os fura-greves desde o início do ano.

A reintegração fez parte da pauta da greve unificada do dia 28 de novembro e, hoje, temos mais de 350 assinaturas de entidades sindicais, políticas, sociais, personalidades nacionais e internacionais em defesa dos metroviários perseguidos.

Precisamos fortalecer esta campanha pela readmissão com fotos e cartazes, buscar novas assinaturas contra esta atitude an-tissindical e autoritária.

Fale sobre as perspectivas desta luta contra as privatizações, e o que devemos defender

no caso das empresas que já estão privatizadas.

A campanha tem que seguir, se nacionalizar, avançar na consciência de classe. É preciso exigir que as demais centrais e organizações se somem numa campanha nacional contra as privatizações. A luta é contra as privatizações e pela reestatização sem indenização, até porque já roubaram muito o dinheiro público. E, também, contra as punições aos que lutam.

Precisamos fazer com que os trabalhadores, junto com a população, controlem as empresas estatais para evitar corrupção, cabides de emprego e para que decidam onde gastar, como gastar, quais são prioridades e garantir a qualidade do serviço e o preço das tarifas.

Este debate faz parte da luta estratégica por outra sociedade que não esteja voltada para os lucros das grandes empresas, mas, sim, da grande maioria da população, dos trabalhadores e seus aliados, uma sociedade socialista.

BALANÇO

O povo subiu a rampa só no dia da posse

Um ano após a posse do governo Lula, quem continua sendo favorecido são os banqueiros, a burguesia, o agro e a “Faria Lima” (a avenida paulista símbolo do poder capitalista).

 **DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**

A cerimônia de posse de Lula, com a simbólica subida na rampa do Planalto ao lado de representantes dos setores mais explorados e oprimidos, provocou uma emoção genuína em muitos ativistas e trabalhadores.

Após quatro anos sendo os alvos preferenciais da extrema direita, você tinha lideranças negras, indígenas, de pessoas com deficiência, passando a faixa de presidente e, diante das câmeras, tomando protagonismo no início do novo governo. A ausência de LGBTI+ na cerimônia já era indício das limitações que estavam por vir. Mas, a coisa toda foi muito pior.

“Lula não cumpriu o que prometeu”. Quase um ano depois, a frase dita pelo cacique Raoni Metuktire resume um governo que, ao invés de se apoiar na classe trabalhadora e nos setores mais oprimidos para governar, se uniu a Lira, ao Centrão e a setores do próprio bolsonarismo.

Raoni se referia ao veto parcial ao Marco Temporal, quando Lula deveria tê-lo vetado completamente, além da conti-



Fotos: Agência Brasil

nuidade da violência contra os indígenas no campo e da recente aprovação do Projeto de Lei dos Venenos. Mas, poderíamos estender a todas as áreas.

FALA UMA COISA, FAZ OUTRA

Apesar de, na campanha, ter atacado a Reforma Trabalhista de Temer, Lula não toucou mais no assunto, e a precarização e uberização do em-

prego só aumentaram. Discursou contra as privatizações, mas, no governo, ampliou o alcance das Parceria Público-Privadas (PPPs), e colocou como prioridade um plano que avança nas privatizações.

Atacou o ajuste fiscal, mas elaborou um Arcabouço Fiscal que reeditou o Teto de Gastos de Temer, medida que vai significar uma brutal contenção

de gastos públicos nos próximos anos, para pagar juros a banqueiros. Criticou o fato de rico não pagar imposto, mas elaborou uma Reforma Tributária que recai apenas sobre o consumo, que taxa só trabalhador e a classe média.

Essa política voltada aos banqueiros, ao agronegócio, às grandes empresas e aos bilionários, aliada ao Centrão,

fez com que a vida da classe trabalhadora e da maioria da população não mudasse de forma significativa. Passamos, agora, por um período de certo “respiro” após a pandemia, mas no marco da continuidade de todo o processo de retrocesso, aumento da subordinação e recolonização do país e todos reflexos que isso traz à vida do povo.

APARÊNCIA

Um respiro em meio ao processo de decadência

Hoje, o país passa por uma conjuntura que pode dar a falsa ilusão de melhora; mas que, na verdade, mascara a ladeira abaixo em que o país continua afundando. O desemprego oficial, por exemplo, teve uma leve queda diante do que foi no ano passado, e o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos valores produzidos durante um período) revisado para os mesmos 3% que o

Fundo Monetário Internacional (FMI) esperava para a economia mundial.

Esse PIB, porém, é, em grande parte, resultado da supersafra do agronegócio ainda no primeiro trimestre do ano. O aumento eleitoreiro do então Auxílio Brasil, ainda no governo Bolsonaro (hoje, o Bolsa Família) possibilitou um certo colchão social às famílias mais pobres e um relativo dinamismo econômico,

que se refletiu no aumento de vagas formais.

Mas isso acontece em paralelo com a explosão do emprego “uberizado”, o trabalho informal e superexplorado. A inflação e os preços dos alimentos, por sua vez, tiveram uma desaceleração, mas isso no marco de estarem lá no alto.

Outro indicador da fragilidade e do caráter subalterno do país é a taxa de

investimento, que caiu de 17,2%, que já era considerada baixa, para 16,6%. Para se ter uma ideia do significado disto, para manter um crescimento “sustentável”, o mínimo deveria ser de 25%. Investimento significa, por exemplo, construção de novas fábricas e ampliação da capacidade produtiva das que já existem. Neste último período, o que temos visto é o contrário.

FRUSTRAÇÃO AVANÇA

Pesquisa realizada pela consultoria Quaest, por exemplo, mostra um índice de desaprovação do governo de 49%, contra 43%. Mais ou menos a proporção mostrada por outra pesquisa, da Atlas, que mostra 45,1% de ruim ou péssimo, contra 42,7% de ótimo e bom. Se comparado com a votação nas eleições, a pesquisa mostra uma queda de 6% no Sudeste, e 10%, no sul.

O QUE VEM POR AÍ

Teto de Gastos, mais desnacionalização e privatização



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3GUG1CA](https://bit.ly/3GUG1CA)

Uma das principais medidas aprovadas pelo governo Lula em seu 1º ano foi o Arcabouço Fiscal, um Teto de Gastos mais flexível, mas com a mesma lógica do teto de Temer: impõe um regime de austeridade que limita o aumento dos gastos públicos para pagar juros da dívida aos banqueiros.

Para concretizar a meta de “déficit zero”, definida por Haddad e o mercado, e aceita por Lula, o governo já começa 2024 passando a tesoura em R\$23 bilhões do orçamento.

Para deixar mais concreto o que isso significa, basta dizer que a média de gastos públicos (e estamos falando em Saúde, Educação, aposentadorias e salários do funcionalismo, etc.)

dos próximos anos será menor do que foi, por exemplo, nos anos de FHC, nos 13 anos de governo do PT, ou até mesmo de Temer e Bolsonaro.

Isso explica o desespero de Haddad em buscar dinheiro, taxando as blusinhas da Shein, enquanto reforça, com a Reforma Tributária, a taxação sobre o consumo, que pesa fundamentalmente sobre as classes trabalhadora e média. Os bilionários, por sua vez, continuam pagando pouco, ou nenhum imposto.

A tal taxação dos fundos dos super-ricos, na prática, não taxa super-rico algum. Ao contrário, reduz a atual taxa de 15%, no resgate dessa grana, para 8%. Um presente de Natal para os bilionários. Já a prome-

tida segunda parte da Reforma Tributária, que taxaria a renda e os bilionários, simplesmente foi “esquecida”.

PPPs E “DESESTATIZAÇÃO”

Se, numa ponta, o governo impõe um duro arrocho fiscal; na outra, amplia as Parcerias Público-Privadas, uma forma de privatização. Com a diferença de que, por esse modelo, os grandes capitalistas têm praticamente risco zero em seus investimentos, já que o retorno é garantido pelos cofres públicos.

Decreto do governo, de abril, amplia as áreas em que as parcerias com o setor privado podem ser feitas para setores como saneamento, educação e segurança pública e sistema prisional.

Foi assim, por exemplo, que, em parceria com o governo tucano de Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, aconteceu o leilão do presídio de Erechim. O BNDES garante o financiamento para a construção do complexo prisional e a sua gestão é entregue a uma empresa privada. Num contrato que, aliás, prevê o pagamento por cabeça e permite a exploração do trabalho dos detentos.

A empresa que vai abocanhar o contrato avaliado em R\$ 2,5 bilhões, a única a participar do leilão, a Soluções Serviços Terceirizados, coleciona denúncias de irregularidades, como quentinhas estragadas em presídios do Rio ou no bandejão da Unicamp.

PAC: DINHEIRO PÚBLICO FINANCIANDO A PRIVATIZAÇÃO

O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo governo Lula prevê investimentos de R\$ 1,4 trilhão até 2026, nas mais diversas áreas.

Mas, assim como o presídio no Rio Grande do Sul, não será investimento público para construir e gerir mais escolas ou hospitais. Justo o contrário: dinheiro para promover a transferência de serviços públicos às empresas privadas,

em parcerias com estados e municípios. As empresas lucraram antes, durante e depois das obras. Trocando em miúdos: o PAC serve para avançar na privatização.

Se por um lado o governo federal tirou a Ceitec (fábrica de semicondutores que ficou conhecida por produzir chips para monitorar bois) do plano de desestatização; por outro, vai promover a privatização de forma generalizada. A meta do governo Lula é a de promover 10 vezes mais PPPs que os governos Temer e Bolsonaro juntos. Um programa que não promove o “desenvolvimento”, mas que, ao contrário, não contesta a dominação e nos deixa no mesmo patamar de subordinação.

Isso explica, ainda, a recente polêmica envolvendo o governo federal e a direção do PT, sobre a meta de “déficit zero”. Haddad bateu o pé e conseguiu manter sua promessa à Faria Lima, enquanto Lula queria um espaço maior para os gastos.

Mas, dentro dessa política econômica, esses gastos não iriam para a Saúde ou Educação, mas para financiar e subsidiar PPPs, grandes empresas e multinacionais. É uma disputa de quem vai abocanhar um naco maior do dinheiro: os banqueiros, através da dívida, as empresas ou as multinacionais

ALTERNATIVA

É preciso uma oposição de esquerda

Se por um lado Lula não é Bolsonaro, nem Haddad é Paulo Guedes; por outro, o governo petista segue implementando uma política econômica neoliberal. Isso faz com que não só não resolva os problemas mais sentidos da classe trabalhadora, da mesma forma que os 13 anos dos governos do PT sequer conseguiram oferecer saneamento básico a toda a população, e quase metade dos brasileiros, hoje, ainda sobrevivem sem água ou esgoto; essa mes-

ma política de conciliação segue aprofundando nossos problemas estruturais.

Isso, no contexto atual, é ainda mais grave do que foi lá atrás, porque, hoje, existe uma extrema direita organizada e muito mais forte, ávida para voltar ao poder. Acabamos de ver o que aconteceu na Argentina, em que a frustração com o kirchnerismo deu a eleição à extrema direita, com Milei. O mesmo ocorre com Biden, nos EUA, e o fortalecimento de Trump.

É urgente a construção e o fortalecimento de uma oposição de esquerda ao governo Lula. Apoiar esse governo, seja desde “dentro”, seja “de fora”, e se negar a construir essa oposição, é, na prática, ajudar esse processo. Precisamos apresentar à classe trabalhadora e aos setores mais oprimidos uma alternativa revolucionária e socialista, que seja realmente antissistema. Caso contrário, veremos a história se repetir, mais uma vez, como tragédia.



DUBAI É UMA FESTA!

Conferência do clima é balcão de negócios de petroleiras e mineradoras

 JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Dois mil e vinte e três foi o ano em que os efeitos do aquecimento global ficaram escancarados. O mundo assistiu às terríveis ondas de calor no verão do Hemisfério Norte e, agora, no Hemisfério Sul, que produziram incêndios florestais. Na Amazônia a estiagem secou rios, e os fazendeiros se aproveitaram para tacar fogo na floresta. As secas também produziram quebras de safras agrícolas, além de fortes chuvas e grandes inundações, como as que devastaram o Rio Grande do Sul.

O fracasso de todos os acordos climáticos mostra que o capitalismo não pode resolver a crise climática que o sistema provocou.

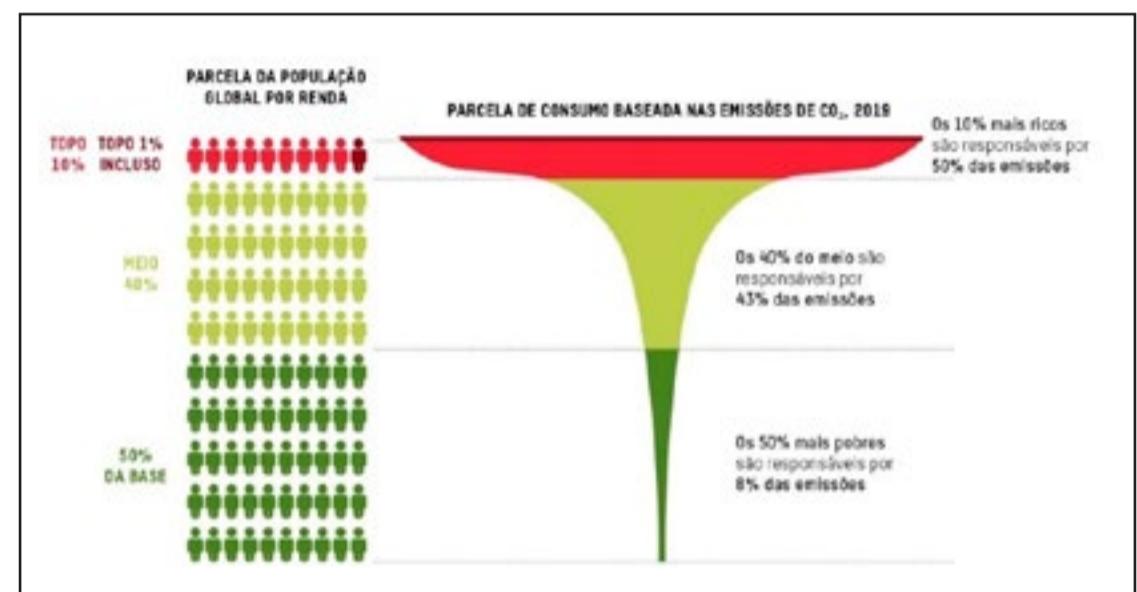
Mas a pouca vergonha dos capitalistas é tamanha que a COP-28, Conferência Climática das Nações Unidas (ONU) realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, foi um

balcão de negócios das grandes petroleiras, mineradoras e empresas que destroem o meio ambiente.

Até a Braskem (responsável pelo maior desastre urbano em curso no mundo, em Maceió) e a Vale (responsável pelas tragédias de Mariana e Brumadinho) estiveram na COP-28, compartilhando o seu “sucesso” na gestão socioambiental e climática.

NAS MÃOS DAS PETROLEIRAS

A COP-28 foi presidida por um dos principais homens do petróleo no mundo, o executivo Sultan al-Jaber, CEO da ADNOC, estatal petroleira dos Emirados. Antes da abertura da COP-28, a BBC e o Centre for Climate Reporting, do Reino Unido, apresentaram documentos mostrando que Al-Jaber se aproveitou das negociações climáticas para defender os interesses da petroleira ADNOC e celebrar possíveis acordos com outras empresas.



Fonte: Oxfam

Na COP do petróleo, Al-Jaber também se revelou um negacionista. Disse que “não há nenhuma ciência, nenhum cenário que diga que a eliminação progressiva dos fósseis é o que vai atingir 1,5º C”. Para o presidente da COP, a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis levaria o mundo “de volta às cavernas”.

O petróleo, assim como o gás e o carvão, é um combustível fóssil. Eles são as principais causas das alterações climáticas porque liberam gases do efeito estufa que aquecem o planeta, como o dióxido de carbono (CO2), quando queimados para obter energia.

O FRACASSO DAS COPs

Colocar o presidente de uma petroleira (negacionista) para comandar uma conferência climática é a desmoralização completa dos

acordos climáticos. A COP do petróleo mostra que os capitalistas estão se lixando para o aquecimento global. Desde que conferências ambientais são realizadas – a partir da realizada no Rio de Janeiro em 1992 – não houve nenhuma redução de emissões de CO2. Ao contrário, o aquecimento do clima só aumentou, assim como a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.

O QUE DIZ A CIÊNCIA?

O planeta à beira do precipício



Segundo o observatório europeu Copernicus, 2023 deverá ser o ano mais quente em 125 mil anos.

A concentração de CO2 na atmosfera chegou ao nível recorde de 424 ppm, a maior concentração em 800 mil anos, segundo a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês). Essa é a maior concentração de CO2 já vivenciada pela espécie humana desde que começamos a caminhar pela Terra há 200 mil anos.

Em 2023, pela 1ª vez, o mundo registrou um dia com temperatura média global 2°C acima da era pré-industrial. Foi

no dia 17 de novembro, quando a temperatura registrada foi de 2.07°C.

A COP do petróleo em Dubai explodiu as metas do Acordo de Paris. Segundo o acordo, para manter o aquecimento entre 1.5°C e 2°C, o mundo precisaria reduzir em 40% as emissões até 2030 e zerar as emissões até 2050. Mas “A Carta de Descarbonização do Petróleo e do Gás”, celebrada pela COP-28 como “um grande primeiro passo”, apenas prevê acabar com a queima de gás (metano) até 2030. Uma manobra que deixa de forma o CO2, o principal gás responsável pelo efeito estufa, produzido pelo petróleo e carvão.

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS?

O 1% mais rico teve a mesma emissão de carbono que os 66% mais pobres



Segundo a Oxfam, em 2019, o 1% mais rico foi responsável pela mesma emissão de carbono que os 66% mais pobres no mundo, ou seja, 5 bilhões de pessoas.



As emissões de carbono do 1% mais rico cancelam o benefício gerado por 1 milhão de turbinas de vento.



Super-ricos são responsáveis por 16% de todas as emissões de carbono do planeta desde 1990.

PRÊMIO FÓSSIL

Na COP do petróleo, Lula negocia entrada na Opep+



Sultan al-Jaber é presidente da cúpula do clima e também chefe da empresa petrolífera estatal dos Emirados Árabes Unidos

Lula foi à COP e fez muitos discursos responsabilizando os países ricos pela catástrofe ambiental. No entanto, logo ficou claro outro interesse do governo na conferência: ingressar na Opep+ (uma espécie de grupo expandido do bloco dos maiores produtores de petróleo).

O movimento reforça o bloco de produtores de petróleo e vai na contramão da urgente e necessária transição energética que o Brasil e o mundo precisam para combater a crise climática.

Durante a conferência, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, celebrou acordos

com petroleiras e até sobrou um tempinho para tentar vender a Braskem ao presidente da COP, Al-Jaber. Ele também afirmou que a Petrobras será uma das últimas a parar de explorar petróleo no mundo. Lula foi na mesma direção e disse: “A Petrobras não vai deixar de prospectar petróleo, temos que lembrar isso, porque o combustível fóssil ainda vai funcionar por muito tempo na economia mundial.”

PETRÓLEO NA AMAZÔNIA

Lula não esconde seu “sonho” em explorar petróleo na Amazônia, que na verdade seria um pesadelo para os povos da região e para grande parte da humanidade. Um estudo da Agência Pública/Seeg concluiu

que se for explorado todo o petróleo da Margem Equatorial, as emissões de gases de efeito estufa provenientes de sua queima anulariam, para o planeta, os ganhos obtidos com a redução do desmatamento da Amazônia. Segundo o estudo, “se todo esse petróleo for queimado, emitiria entre 4 bilhões e 13 bilhões de toneladas de gás carbônico (CO₂), o principal gás de efeito estufa. É quase o que Estados Unidos (5,3 bilhões) e China (12,3 bilhões de toneladas) emitiram em 2020”.

O estudo ainda mostra que as emissões referentes à queima do petróleo da Margem Equatorial seriam o triplo do quanto o Brasil se comprometeu a emitir em 2030, na meta apresentada junto ao Acordo de Paris.

Enquanto isso, a Petrobras anunciou a redução dos investimentos destinados a fontes renováveis de energia. Dos US\$ 102 bilhões em investimentos previstos pela Petrobras até 2028, apenas US\$ 5,5 bilhões serão destinados a eólica/solar e US\$ 5,5 bi a hidrogênio, uma merreca. Investe-se pouco para continuar engordando os bolsos dos acionistas privados da empresa, que receberam US\$ 215 bilhões em dividendos no ano passado.

Não foi por acaso que o Brasil acabou sendo o vencedor do Troféu Fóssil na COP-28, prêmio nada honroso para um país que deseja liderar as ações climáticas no mundo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3T5CTTN](https://bit.ly/3T5CTTN)

NÃO EXISTE CAPITALISMO VERDE

Capitalismo fóssil e a farsa da transição energética



Protesto contra a Vale na COP 28

A instalação de novas fontes de energia limpa é o único caminho para limitar a temperatura abaixo dos 2°C. Mas isso exige uma transformação urgente, revolucionária e inédita no fornecimento de energia em escala global.

Sob uma sociedade socialista, baseada na economia planificada e controlada democraticamente pelos trabalhadores, o desenvolvimento dessas tecnologias daria um salto gigantesco. Mas, com as amarras do capitalismo, a transição energética não passa de uma farsa. Nos últimos anos existiram avanços concretos na tecnologia disponível que possa substituir a matriz fóssil, mas o capi-

talismo é um obstáculo ao seu desenvolvimento e, assim, ela serve apenas para que alguns bilionários possam obter alguma renda de monopólio.

Enormes subsídios são concedidos pelos governos à produção fóssil. Estima-se que US\$ 570 bilhões serão gastos na exploração de petróleo e gás a cada ano até 2030. Ao mesmo tempo, há uma corrida pela exploração das últimas grandes reservas de petróleo, como as reservas no Alasca, que Joe Biden quer explorar; a Margem Equatorial, sonhada por Lula; o petróleo do Ártico russo, co-biçado por Putin; e as reservas na costa da África oriental, exploradas pela China.

A lógica capitalista impossibilita uma verdadeira transição da matriz energética. Na verdade, as soluções apresentadas (de carros elétricos ao hidrogênio verde) servem apenas para abrir novas fronteiras para os grandes capitalistas lucrarem, e não para impedir a destruição da biosfera. No máximo vai se criar um “mix” energético, uma combinação entre fontes renováveis de energia com as fontes fósseis, incapaz de combater o aquecimento global.

“Capitalismo verde” serve apenas à criação de novos nichos de mercado e para empresas incorporarem às suas marcas o rótulo de “sustentáveis” de marketing verde, o chamado greenwashing.

A transição energética vai exigir uma verdadeira revolução nas forças produtivas que só pode ser realizada numa sociedade socialista que liberte as ciências e os humanos da exploração e da opressão. Ou o capitalismo é superado por uma nova sociedade socialista que revolucione as relações de produção em escala global, ou a barbárie climática vai se abater sobre a humanidade.

PROGRAMA

Uma proposta socialista para combater a catástrofe climática

É preciso levantar um programa no Brasil para combater o aquecimento global, que deve passar pela redução das emissões de carbono e assegurar uma transição energética soberana. Para isso propomos:

- Não à exploração da Margem Equatorial! A Petrobras precisa investir pesado em energias renováveis, usando a renda do petróleo para se transformar em uma empresa de energia sustentável. Isso só pode ocorrer com uma Petrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores.
- Nacionalização de todas as fontes energéticas, inclusive das reservas de petróleo e gás. Estatização das empresas poluidoras e causadoras de desastres.
- Defender a Amazônia e o Cerrado do agronegócio e a indústria mineral (os principais vetores da destruição ambiental do país), que precisam ser nacionalizadas e postas sob o controle dos trabalhadores.
- Pela interrupção dos projetos de termoelétricas e contra a expansão dos agrotóxicos.
- Exigimos de Lula o veto ao Projeto de Lei 11.247/2018, aprovado na Câmara no último dia 29, que libera a construção de mais termoelétricas (usinas a carvão) pela iniciativa privada. Também exigimos o veto ao PL do veneno (1.459/2022), aprovado no último dia 28 pelo Senado. O projeto vai ampliar numa escala jamais vista o uso de agrotóxicos que já são proibidos em outras partes do mundo.

MACEIÓ

Exploração predatória da Braskem afunda bairros em Maceió

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

A exploração mineral predatória realizada pela Braskem está afundando cinco bairros em Maceió, capital de Alagoas. Catorze mil imóveis já foram desocupados e mais de 60 mil pessoas tiveram que deixar suas casas nos bairros Pinheiro, Farol, Bebedouro, Bom Parto e Mutange.

Além de ser uma catástrofe, o que ocorre na capital alagoana é um crime; já que, em 2010, um estudo publicado na revista científica especializada em geofísica, a *Geophysical Journal International*, mostrou que a exploração do sal-



Bairros de Maceió atingidos pela tragédia cometida pela Braskem

no site da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Ou seja, a Braskem e os governos sabiam de tudo, mas nada foi feito, porque, no capitalismo, o lucro está acima da vida das pessoas e do meio ambiente.

DÉCADAS DE EXPLORAÇÃO DO SAL-GEMA

Em Maceió, a exploração do sal-gema, um tipo de cloreto de sódio utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC, teve início em 1970. A extração era realizada pela Salgema Indústrias Químicas S/A, que tinha o Estado brasileiro como acionista.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) vendeu (em leilão de privatização) as ações

que pertenciam ao Estado. Assim, nasceu a Braskem, tendo o grupo Odebrecht como sócio majoritário. Situação que segue até hoje, tendo a Petrobrás como a segunda maior acionista e dona de 36,1% do capital total da empresa.

A Braskem se tornou uma gigante global à custa da exploração dos trabalhadores e do maior desastre ambiental urbano em curso no planeta. Ela é a sexta maior fabricante de produtos químicos do mundo, com fábricas em três países (Estados Unidos, México e Alemanha), além do Brasil. A empresa fechou 2022 com uma receita de R\$ 95,6 bilhões.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48900R3](https://bit.ly/48900R3)

ABANDONO

Moradores lutam por realocação e indenização

“Estou pensando em sair, mesmo sem proteção nenhuma, porque como estou vivendo não é jeito de ninguém viver. A gente não vive mais, não estamos dormindo nem se alimentando. Aqui, não tem açougue, padaria, farmácia, mercadinho, não tem nada”. Este é o depoimento da dona de casa Malbete dos Santos Correia, de 54 anos, em uma reportagem ao portal da Agência Brasil, no dia 1º de dezembro.

Ela mora na região afetada pelos novos tremores e pelo afundamento do solo iniciados semana passada e, naquele dia, estava com outras dezenas de moradores realizando um protesto para reclamar da falta de acordo de compensação para saírem das suas residências. Eles fecharam todas as vias de acesso ao bairro de Bebedouro.

Desde 2019, as comunidades dos Flexais, onde vivem cerca de 3 mil pessoas, estão ilhadas socialmente após o deslocamento dos cinco bairros vizinhos. O líder comunitário Maurício Sarmento denuncia que para as comunidades de Flexal de Cima e Flexal de Baixo não foi apre-

sentado um plano para a retirada dos moradores.

Ele reclama, ainda, que há tratamento diferenciado por parte da prefeitura e da Braskem em relação a outros bairros da cidade afetados pela mina, onde já houve a retirada de moradores e pagamento de indenizações.

“Temos que sair daqui, não pode ter tratamento diferenciado com outras áreas que já estão afetadas. Não aceitamos ir para abrigos públicos, pois o que aconteceu aqui não foi um acidente, foi um crime. Queremos sair daqui com dignidade e com indenização justa”, afirma Sarmento.

‘BAIRROS FANTASMAS’

“Você imagina estar situado num bairro e o bairro todo desaparecer? Não existe mais o bairro, não tem mais nada”, disse o comerciante Mateus Costa. “É triste para quem nasceu, viveu e ainda está vivendo aqui. O que está se tornando é uma tristeza”, explica Manuela Rodrigues, de 79 anos, nascida e criada no Pinheiro.

Esses depoimentos dos moradores à Agência Brasil mostram a catástrofe provocada pela Braskem. Segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB), a exploração de 35 minas de sal-gema foi a responsável por deixar milhares de pessoas desabrigadas e transformar bairros antes movimentados e populosos em lugares praticamente desertos.

DANOS EMOCIONAIS

Situação que tem causado também danos emocionais e levado moradores a tirar a própria vida. Chega a 12 o número de suicídios registrado. O último caso foi de um policial civil aposentado, que apresentava quadro depressivo por ter recebido da Braskem uma indenização abaixo do valor que considerava justo. Ele voltou para a frente da casa onde morava e se matou.

Mesmo com todas as adversidades, moradores lutam por realocação e por indenização justas, já que a Braskem insiste em querer pagar valores irrisórios. Mas, esperar o que de uma de uma gigante empresa capitalista?

LUCRO COM O AFUNDAMENTO DOS BAIRROS

Acordo assinado com a prefeitura de Maceió é um escândalo



Casa e prédios abandonados no bairro do Pinheiro em Maceió. Afundamento começou em 2018

Sempre em notas enviadas à imprensa, já que, covardemente, representantes da empresa nunca aparecem para falar em público, a Braskem tenta passar a imagem de que está empenhada em resolver o problema.

Pontua, por exemplo, que destinou R\$ 15 bilhões para sanar os danos, incluindo os gastos para o fechamento das minas (iniciado em 2019) e as indenizações aos moradores. Que desse valor, R\$ 9 bilhões já foram >>

usados, sendo R\$ 3,7 bilhões em indenizações.

Quem ver a propaganda, acha que está tudo lindo. Mas a realidade é mais forte que as mentiras da Braskem, que lucra inclusive com o afundamento dos bairros. Lucra pagando indenizações que não condizem com o valor que deveria ser pago. E lucra, mais ainda, com o escandaloso acordo assinado com o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), aliado político do presidente da Câmara Federal, deputado Arthur Lira (PP)

ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA PARA O CRIME

O acordo assinado em julho deu à empresa "quitação plena, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável" de quaisquer obrigações extras, relacionadas à extração de sal-gema ou ao que a empresa chama de "evento geológico".

O governo de Alagoas diz que os prejuízos causados pela tragédia da Braskem já somam mais de R\$ 35 bilhões. Mas, a empresa fechou um acordo com a prefeitura de apenas R\$ 1,7 bilhão,

que será pago até o final de 2024. Com isso, fica livre de qualquer nova indenização e também de cobranças de impostos territoriais sobre os imóveis dos bairros afetados. Sem contar que passa a ser a dona de todos os terrenos deixados pelos moradores dos cinco bairros atingidos, o que equivale a 20% do território da capital alagoana.

Podemos afirmar que os R\$ 15 bilhões reservados pela Braskem para resolver o problema não são gastos. É um investimento futuro. Estudos do setor imobiliário apontam



que entre 10 a 15 anos, prazo que os pesquisadores da Ufal avaliam para a estabilização do terreno, a Braskem pode alcançar um lucro de R\$ 40

bilhões com empreendimentos imobiliários na região. Ou seja, ao invés de indenização a empresa está fazendo um investimento muito lucrativo.

CAPITALISMO DO DESASTRE

Entenda acordo que beneficia Braskem

- Prejuízos causados pela tragédia da Braskem somam mais de R\$ 35 bilhões.
- Mas, a empresa fechou um acordo com a prefeitura de apenas R\$ 1,7 bilhão. Com isso, fica livre de qualquer nova indenização e de cobranças de impostos territoriais sobre os imóveis dos bairros afetados.
- Braskem passa a ser a dona de todos os terrenos deixados pelos moradores dos 5 bairros atingidos, o que equivale a 20% do território da capital alagoana.
- Estudos apontam que em 15 anos, poderá haver estabilização do terreno, e a Braskem pode lucrar com empreendimentos imobiliários na região.

POLÍTICOS CORRUPTOS

CPI não sai do papel



Moradores de bairros próximos à mina da petroquímica Braskem no dia 1/12

Em outubro, foi apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB) e aprovado no Senado um requerimento de uma instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os crimes da Braskem. Mas, até o momento, a CPI não foi instalada.

O atraso na instalação da CPI deve-se ao lobby da empresa no Senado, já que vários políticos são financiados pela Braskem. Basta lembrar do envolvimento da Odebrecht na Lava-Jato. Essa relação corrupta faz com que os partidos não indiquem os integrantes da Comissão. Sem essas indicações, não há CPI, exceto se o presidente do Senado escolher os nomes. O que dificilmente acontecerá.

Até o PT está contra a CPI. Isto porque existe o interesse da Petrobrás em adquirir a parte da Novonor (antiga Odebrecht),

sócia majoritária da Braskem, mesmo com um passivo ainda não calculado e todas as indenizações e compensações pelo colapso em Maceió.

Importante ressaltar que Renan Calheiros não defendendo a CPI porque está preocupado com população atingida, mas é parte da sua disputa política contra o grupo de Arthur Lira no estado. Renan Filho (atual Ministro dos Transportes) foi governador de Alagoas por dois mandatos consecutivos (2015 a 2022) e nada fez contra os desmandos da Braskem.

Não devemos depositar esperança em políticos corruptos e em CPIs que sempre terminam em pizza. Uma CPI só serviria se fosse para defender a estatização da Braskem e a destinação de todos os lucros obtidos pela empresa para reparar os danos causados.

DESCASO

Mineradoras destroem o meio ambiente e seguem impunes

O que acontece em Maceió já aconteceu em outras cidades brasileira, onde as grandes empresas capitalistas ceifam vidas, destroem o meio ambiente e seguem impunes.

Mês que vem (em 25 de janeiro) completam-se quatro anos do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG). Uma avalanche de lama deixou 272 pessoas mortas e despejou milhões de metros cúbicos de rejei-

tos de mineração na bacia do Rio Paraopeba.

Embora tenham sido pagas indenizações às famílias das vítimas, da mesma forma que faz a Braskem em Maceió (depois de muita luta e com valores abaixos do que deveria), o processo criminal segue sem conclusão. A Vale fechou 2022 com o terceiro maior lucro líquido da história entre empresas listadas na bolsa de valores: R\$ 95,9 bilhões.

O risco de colapso de mina da Braskem em Maceió ameaça a Lagoa do Mundaú; já que, com o desabamento da mina, a água da lagoa, terra e detritos serão escoados para dentro da cratera. O contato com o sal-gema tornaria a água da lagoa salgada e toda a área de mangue na região seria impactada. A pesca, principal fonte de sobrevivência para as populações da região, foi suspensa por tempo indeterminado.

PROGRAMA

Estatizar a Braskem e todas as grandes empresas que cometem crimes ambientais

Diante à essa situação catástrofica, a primeira medida seria garantir uma indenização justa a todas as famílias atingidas e que sejam realocadas em moradias dignas.

Em seguida, aplicar uma multa que obrigue a Braskem a utilizar seus lucros bilionários para solucionar o problema de forma imediata, com medidas concretas para estabilizar o solo, abrandar os efeitos sobre a região da lagoa e de manguezais e recompor a

infraestrutura da cidade, destruída pelo afundamento.

Também é preciso suspender o acordo escandaloso assinado entre o prefeito de Maceió e a Braskem. Não podemos admitir que a empresa lucre com essa barbaridade.

Os pescadores e marisqueiras que moram às margens da Lagoa do Mundaú precisam ser incluídos em um programa social, para garantir uma remuneração até que a pesca volte a ser autorizada.

Defendemos que a Braskem e as empresas capitalistas que cometam crimes ambientais sejam expropriadas, estatizadas e geridas por uma comissão formada pelos trabalhadores, trabalhadoras e pela comunidade atingida.

Não existe desenvolvimento sustentável no capitalismo. Isso só é possível com a construção de uma sociedade socialista, onde o poder político e econômico emane da classe trabalhadora. Ou o capitalismo é superado ou a humanidade seguirá para a barbárie!

COLONIALISMO E MEIO AMBIENTE

Não há justiça climática no genocídio do povo palestino

SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Enquanto o Estado terrorista de Israel avança com o genocídio em Gaza e a limpeza étnica na Cisjordânia, também coloca o greenwashing (marketing verde) em ação, encobrindo seus crimes contra a humanidade com a “lavagem verde”. Participa da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 28) para, conforme divulgou oficialmente em seu site, “apresentar a inovação climática israelense, uma vez que a maior contribuição de Israel para a crise climática global está no fornecimento de tecnologias e soluções práticas”.

Um escárnio que não passou impune. Ativistas em solidariedade ao povo palestino têm realizado protestos na COP 28, exigindo o cessar-fogo imediato e o fim do apartheid e colonização sionistas. Durante as manifestações, também leram os nomes de vítimas do genocídio e denunciaram a contaminação da água em Gaza.

Após uma breve pausa na matança, são mais de 21 mil palestinos trucidados nos últimos 60 dias, dentre os quais aproximadamente 11 mil crianças.

E, há muito, o povo palestino vive na pele as contribuições de Israel para a vida e o ambiente. O envenenamento das terras e a contaminação



Protesto contra o genocídio em Gaza durante a COP 28. “Não há justiça climática sem direitos humanos”

Foto: @chilledasdad00

proporcionados pelos bombardeios assassinos deixarão um rastro de destruição que se prolongará por muitos anos e ainda matarão muitos dos palestinos que conseguirem sobreviver ao genocídio direto, em curso neste momento.

ECONORMALIZAÇÃO

A presença oficial sionista, ainda mais em meio a esta nova fase da contínua Nakba – catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio de 1948, mediante limpeza étnica planejada –, coroa a vergonhosa conferência que, não à toa, vem sendo apelidada de “COP do petróleo”, presidida por um magnata do setor: Sultan Al-Jaber, CEO da Adnoc, a estatal do petróleo dos Emi-

rados Árabes Unidos (EAU), que sediou o evento em sua capital, Dubai.

O ultrage vai além dessa hipocrisia: os EAU jogaram papel chave no processo de normalização de estados árabes com Israel, nos denominados “Acordos de Abraão”. Firmados a partir de setembro de 2020, sob mediação do imperialismo estadunidense, estes incluem uma série de memorandos de entendimento para realização de projetos conjuntos em energia renovável, agronegócio e água.

“A econormalização reforça o papel do greenwashing israelense como máquina de fazer dinheiro para as empresas israelenses, ao mesmo tempo que mina a democracia energética e a soberania alimentar da Palestina, inextricavelmen-

te ligadas à luta palestina pela autodeterminação”.

Esta reflexão consta de artigo de grupo de pesquisadores e ativistas: da palestina Manal Shqair, do argelino Hamza Hamouchene e da jornalista tunisina Hafawa Rebhi. Vale lembrar que descobriu-se gás natural na costa mediterrânea, alcançando também Gaza, e o genocida primeiro-ministro sionista Benjamin Netanyahu concedeu, no dia 30 de outubro, em meio aos bombardeios em Gaza, 12 licenças para exploração de gás natural na região a seis empresas, incluindo a British Petroleum e a italiana Eni.

NEGOCIAÇÕES FÓSSEIS

A presença sionista na COP pode ter esse objetivo oculto de negociar com as petrolífe-

ras, enquanto é também parte dessa “econormalização”, como denunciam ambientalistas palestinos, que se recusaram a participar da conferência. “Como podemos clamar por justiça ambiental quando o mundo está em silêncio sobre o que está acontecendo?” disse uma delas, Abeer Butmeh, em entrevista ao portal Middle East Eye.

Butmeh falou também ao Middle East Eye sobre as startups israelenses presentes na COP 28, que vai até 12 de dezembro: “Eles se promoverão como empresas profissionais em reciclagem, energia limpa e gestão de água, além de agricultura sustentável e construção verde. Mas, para falar a realidade... venham ver o que está acontecendo na Palestina.”

GENOCÍDIO

Crime ambiental e limpeza étnica



A falta de água é constante na Palestina

O extermínio do futuro em Gaza, com a morte majoritariamente de crianças e mulheres, aprofunda a dramática crise humanitária que vinha sendo enfrentada na estreita faixa, sob cerco criminoso sionista há mais de 15 anos.

O reconhecimento desse cenário trágico para seus 2,4

milhões de habitantes veio de um anúncio da ONU, em 2015, de que Gaza se tornaria inabitável em cinco anos. Israel já vinha envenenando as terras agricultáveis dos palestinos, que dispunham, ainda antes do início de outubro deste ano, de 96% da água imprópria para consumo humano.

Mais da metade da população, a maioria originalmente refugiada da Nakba de 1948, tem menos de 18 anos e já tinha vivenciado outros cinco bombardeios massivos nos últimos 15 anos, além dos frequentes bombardeios a conta-gotas – inclusive em 2023, antes do início de outubro.



“SOLUÇÃO FINAL” E A DESTRUÇÃO AMBIENTAL

Agora, com Israel tendo se sentido à vontade para partir para sua “solução final”, exacerbá-se a crise hídrica. Os habitantes de Gaza passaram a beber água contaminada com esgoto desde o início desse genocídio em 7 de outubro.

“Qualquer que seja o destino político que o futuro reserve para Gaza, as consequências a longo prazo para o ambiente no território são claras: a poluição de uma guerra que dura há semanas, proveniente dos estilhaços de bombas dos aviões de guerra e dos barris dos tanques, durará anos e talvez uma vida”, aponta reportagem do The New Arab de 5 de dezembro último.

Em 20 de novembro, a agência de notícias turca TRT World trouxe o alerta de especialistas sobre as consequências ambientais com que os palestinos de Gaza irão se confrontar quando finalmente as bombas sionistas pararem de ser des-

pejadas sobre suas cabeças.

Eles destacaram como o uso incessante de munições e explosivos em Gaza tem lançado partículas tóxicas no ar e na água, com potencial para envenenar os habitantes de Gaza nos próximos anos, ou mesmo décadas, causando câncer, doenças respiratórias e cardiovasculares, entre outras.

“Prédios residenciais, escolas, mesquitas e até hospitais foram transformados numa mistura de poeira e metal retorcido. Para as centenas de milhares de pessoas deslocadas internamente, o ar se tornou irrespirável, a água está contaminada e faltam alimentos, o que expõe a diversas doenças”, continua a reportagem.

Bombardeios indiscriminados como os feitos por Israel lançam na atmosfera grandes volumes de gases de efeito estufa. “As estimativas baseadas nas informações disponíveis mostram emissões substanciais de dióxido de carbono, o que

representa graves riscos à saúde”, segue a reportagem.

ARMAS QUÍMICAS DESPEJADAS POR ISRAEL

Para completar, Israel tem também despejado armas químicas, como fósforo branco, sobre os palestinos de Gaza, que, também conforme a matéria da TRT World, quando exposto à atmosfera, “queima a temperaturas extremamente elevadas – altas o suficiente para queimar metal e ossos – e muitas vezes provoca incêndios”.

A mesma reportagem ainda revela: “A Agência dos EUA para Registro de Substâncias Tóxicas e Doenças afirma que o fósforo branco pode se acumular lentamente nos corpos dos peixes que vivem em lagos ou riachos contaminados.” Ou seja, se, antes, os pescadores de Gaza não conseguiam garantir sua subsistência, porque Israel vinha cada vez mais diminuindo as milhas para que pudessem pescar, com o cessar-fogo não terá



sequer peixes para que alimentem suas famílias.

Os impactos ambientais aprofundam a catástrofe e já são percebidos. Os palestinos têm sofrido com infecções e já se registra epi-

demia de hepatite em uma escola onde se abrigam refugiados. Oitenta por cento dos 2,4 milhões de palestinos de Gaza foram deslocados internamente nos últimos 60 dias.

SEM JUSTIÇA CLIMÁTICA

Nakba ambiental promovida pelo sionismo

A catástrofe ambiental não se limita a Gaza. Na Cisjordânia, em que avança a limpeza étnica, com Israel já tendo matado, somente nos últimos 60 dias, mais de 260 palestinos e ferido cerca de 3 mil, o Estado sionista pratica apartheid climático contra o povo palestino, tendo transferido as indús-

trias mais poluentes para lá e instalado lixões sobre aquíferos que abastecem famílias palestinas.

Além disso, usurpa recursos naturais e desde 1967 já derrubou mais de 800 mil oliveiras, o equivalente a 33 parques, afetando a subsistência de milhares de famílias.

O genocídio em curso em Gaza e o salto na limpeza étnica na Cisjordânia são uma nova fase na contínua Nakba, que, ao longo de mais de 75 anos, também tem sido ambiental.

Uma das organizações fundantes do projeto colonial sionista, o Fundo Nacional Judaico, foi responsável por trans-

formar a paisagem nativa em uma semelhante à europeia. Nesse processo, derrubou milhares de árvores, destruiu a mata nativa, lagos e rios, enquanto cinicamente afirma ter feito “florescer o deserto”, num dos mitos sionistas vendidos ao mundo na limpeza étnica de 1948.

Como enfatizou a ativista Greta Thunberg, uma das vozes que têm denunciado o morticínio em curso contra o povo palestino, “não há justiça climática na ocupação”. Não há justiça climática no genocídio.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3T705TM](https://bit.ly/3T705TM)**

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Sindicato dos Metalúrgicos tem eleição em fevereiro

 PSTU-SJC

OSindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, um dos mais importantes sindicatos do nosso país, reconhecido em nível internacional, está entrando em processo de eleição da nova diretoria. O pleito ocorre em fevereiro.

As lutas dos metalúrgicos representados pelo sindicato tiveram destaque em todo o país, principalmente as batalhas em defesa dos empregos. Em um país que passa por um processo profundo de desindustrialização, onde não há estabilidade no emprego, essas lutas têm grande importância política.

Recentemente, os trabalhadores da GM de São José cruzaram os braços por de-



zessete dias e forçaram a montadora a cancelar as demissões em massa. Os metalúrgicos da Avibrás, em Jundiaí, estão em luta em defesa dos empregos há vinte meses. Inclusive, enquanto fechávamos esta matéria, os trabalhadores, junto com o sindicato, fecharam a Rodovia

Tamoios pelo pagamento de salários atrasados. Sem falar da luta contra o fechamento da Caoa Chery, MWL e a linda luta das mulheres terceirizadas da LG em 2021.

O sindicato não vacila ao defender os interesses dos trabalhadores. Isso é muito importante para manter

um sindicalismo classista. E o mais importante: é um sindicato internacionalista que tem posição política e disputa a consciência dos trabalhadores.

Quando o assunto é a luta contra as opressões, este time está lá na linha de frente construindo o MML (Movimento Mulheres em Luta) para organizar a luta contra o machismo. Esta diretoria também discute a luta contra o racismo, a lgbtfobia e todo tipo de preconceito.

O sindicato foi pioneiro em se desfiliar da CUT, em 2004, e construir a CSP-Conlutas. Ao contrário da maioria dos sindicatos de metalúrgicos do país, não está atrelado ao governo Lula e se mantém no caminho da independência de classe.

Desde 1997, os trotskis-

tas estão à frente da entidade como direção majoritária. Isso tem grande importância no cenário do sindicalismo em nosso país, no qual a maioria abandonou a luta direta dos trabalhadores para apostar em um sindicalismo de conciliação com os patrões, atrelada a governos.

A chapa 1, ligada à CSP-Conlutas, é a continuação da atual direção e fez a sua inscrição para a disputa da nova diretoria no dia 28 de novembro. Tem como candidato a reeleição à presidência Weller Gonçalves, militante do PSTU. Junto com outros quarenta companheiros e companheiras, ele tem a tarefa de manter o sindicato no caminho da independência de classe, do internacionalismo e da democracia operária.

ENTREVISTA

“É nossa tarefa manter esse fio de continuidade”



Opinião Socialista: Nos fale um pouco sobre você, onde e quando se tornou metalúrgico, começou a militar, o que gosta de fazer...

Weller: Meu pai sempre foi trabalhador da indústria. Em 1992, foi demitido por justa causa durante uma greve na União Brasileira de Vidro, e,

por não arrumar mais emprego na capital, nos mudamos para São Carlos quando eu tinha cinco anos. Com dezoito, segui o caminho dele e comecei a trabalhar na fábrica. Entrei no partido lá, em 2006, e é muito engraçado porque muitos companheiros acham que vim do movimento estudantil, como vários dos quadros do PSTU de São Carlos. Mas entrei já como metalúrgico. Vim para São José dos Campos e sou da JC Itachi há dez anos.

Tenho 37 anos, sou casado e tenho um filho. Nas horas vagas, gosto de ouvir rock' n' roll. Minhas bandas favoritas são Pink Floyd e Metallica. E gosto de futebol também, como bom peão sou corintiano (risos).

Como vocês trabalham a organização de base e a democracia operária? E a im-

portância da luta contra as opressões e também contra a precarização com a perspectiva de unir a classe?

Temos uma experiência muito interessante que é o Conselho de Representantes da Base, que se reúne a cada três meses. Foi criado em 2011 e já se tornou uma tradição na categoria. Em relação à democracia operária, é como sempre digo, a diretoria sempre tem sua posição, mas no final quem decide são os trabalhadores.

A luta contra a opressão também é fundamental, e nisso a disputa ideológica com a burguesia é muito importante. A GM, por exemplo, colocou na fachada as cores do arco-íris e bate no peito para dizer que contrata negros, LGBTIs e imigrantes, mas sabemos que fazem isso para precarizar e rebaixar ainda mais salários e direitos. Então fazemos a discussão com a classe trabalhadora de que só enfrentando

o capitalismo podemos acabar com toda a opressão. E dentro da classe também buscamos mostrar como a opressão divide os trabalhadores e como isso serve à burguesia.

Como é para o Weller candidato a presidente do sindicato ser também militante e dirigente do PSTU, comprometido com um projeto socialista?

Costumo dizer que tudo que sou e aprendi na vida devo ao PSTU. Quando as pessoas elogiam nosso sindicato pela nossa luta, digo que é nossa tarefa manter esse fio de continuidade. Desde lá atrás, em 1997, quando os trotskistas começaram a dirigir a entidade, com camaradas como o Toninho. É importante esse resgate histórico, sempre faço questão de fazer.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/482AGQM](https://bit.ly/482AGQM)**

LGBTI

“Novo RG” do governo Lula é transfóbico

 NIKAYA VIDOR, DA SECRETARIA LGBTI DO PSTU

O decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial, revela que o governo Lula manterá o ‘Novo RG’ da forma que foi apresentado pelo reacionário governo de Bolsonaro. Isto é, vai manter os campos ‘nome social’ e ‘nome de registro’ juntos, além do campo ‘sexo’.

O ‘Novo RG’ transfóbico proposto pelo governo federal expõe o “nome morto” das pessoas trans que ainda não tenham conseguido retificar o registro civil (um processo demorado e caro), expondo a condição sexual de todas as pessoas na identidade.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e outros grupos já vinham tentando impedir a emissão do RG transfóbico que foi instituído por Bol-

sonaro, através de uma ação judicial para que os campos problemáticos fossem excluídos ou revistos. Também foram feitas diversas movimentações e diálogos com o atual governo para ajustar o ‘Novo RG’, para que a transfobia fosse afastada. Mas o governo ignorou.

HUMILHAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

Sabemos que é extremamente caro alterar registro civil. Pesquisas recentes apontam um custo médio de R\$ 15 mil. No capitalismo, a maior parte da população trans está à mercê do desemprego, do trabalho precário e da prostituição, o que faz com que a possibilidade material dessa população conseguir alterar registro civil seja bem pequena.

Além da quantidade de humilhação, discriminação e segregação social que a po-

pulação trans passa, expor o nome morto às instituições, ao mercado de trabalho e serviços é avançar ainda mais na segregação e na discriminação da população trans no mercado de trabalho e na vida em sociedade em geral, reforçando ainda mais a depressão e suicídio dessas pessoas.

GOVERNO LULA E PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

O governo Lula prometeu direitos. Recriou a Secretaria Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+, coordenada pela travesti Symmy Larrat. Mas ficou nisso. Aceitou com uma mão, enquanto, com a outra, cumprimentava os conservadores; ampliando as relações com as bancadas evangélica e conservadora no parlamento. Em prol da governabilidade, a partir das alianças com esses setores, Lula faz vista grossa e aprova medidas se-



gregadoras e violentas que matam a população trans.

A maior entidade brasileira representativa da população trans, a Antra, embora tenha criticado o governo Lula, o que avaliamos como correto, quanto ao ‘Novo RG’ transfóbico, afirma seguir o apoio, que é uma contradição e um erro.

Essas relações do governo Lula com os setores reacionários de ultradireita impõem condições para que mais ataques sejam aprovados ou que se faça vista grossa às pautas LGBTI+, em especial da população trans. Quem sofre na pele com esses ataques somos nós.

PARÁ

Em Belém, manifestantes protestam contra a privatização do saneamento



No último dia 5, aconteceu um protesto em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) contra a privatização da Companhia de Saneamento do Estado do Pará (Cosanpa). A mobilização foi convocada pela CSP-Conlutas-PA, o Comitê Independente de Trabalhadores da Cosanpa e outras entidades sindicais e dos movimentos sociais.

Na última sessão do ano de 2023 na Alepa, poderia entrar em discussão a Lei do Saneamento e a criação da microrregião de água e esgoto, que prevê a prestação regionalizada dos ser-

viços de saneamento. Esses serviços seriam entregues à iniciativa privada, o que na prática significa a privatização do saneamento.

“Nós estamos aqui fazendo uma mobilização contra a aprovação do projeto que visa instituir a microrregião do saneamento no Pará, porque a gente entende que esse projeto entrega a concessão da água e do tratamento de esgoto à iniciativa privada. A gente sabe que isso não vai trazer nenhum benefício para a população, porque as privatizações apagaram a cidade de São Paulo, deixaram a população de Macapá

sem acesso à energia elétrica. Inclusive, aqui no Pará, a gente paga a fatura de energia elétrica mais cara do Brasil”, declarou Ketrin Palmeirim, eletricista industrial da Cosanpa e ativista do coletivo Reconstruir Urbanitários (Oposição Sindical).

“Então, o que a gente tem são muitos exemplos de como a privatização não vai resolver nenhum problema da população. Muito pelo contrário, vai nos trazer altas tarifas. Enquanto as empresas lucram bilhões, os trabalhadores padecem para acessar esses serviços que são fundamentais”, completou.

ENTREVISTA

“O estado mata a gente, quando mata um filho nosso”



**ROBERTO AGUIAR (DA REDAÇÃO), CLÁUDIO DONIZETE
(SECRETARIA NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU)
E ISRAEL LUZ (COLUNISTA DO OPINIÃO SOCIALISTA)**

1. de dezembro completou-se quatro anos do massacre de Paraisópolis, quando a polícia de São Paulo cercou e atacou com brutalidade o Baile da DZ7, matando 9 jovens e deixando outros 12 feridos. Um protesto na Av. Paulista marcou a data a fim de que esse crime não caia no esquecimento e, principalmente, para exigir justiça. Dos 31 policiais envolvidos na ação, 13 respondem judicialmente, mas seguem em liberdade.

A manifestação foi marcada pelas fotos e cartazes lembrando as vítimas: Gustavo, Denys Henrique, Marcos Paulo, Dennys Guilherme, Luara Victória, Bruno Gabriel, Gabriel Rogério, Eduardo e Mateus.

No próximo dia 18 ocorrerá a segunda audiência de instrução do processo que apura as responsabilidades dos PMs. A Justiça ouvirá testemunhas para decidir se levará os policiais a júri popular.

O **Opinião** conversou com Maria Cristina Quirino Portugal, mãe de Denys Henrique – um dos jovens mortos pela polícia em Paraisópolis. A versão completa está disponível no Portal.

Quem era a Cristina Quirino antes e quem é a Cristina hoje, depois da perda do Dennys e da luta social que você se envolveu?

Para mim é quase impossível falar da Cristina de antes. Às vezes, são as atividades do movimento que me fazem relembrar de uma parte da minha vida

“Quando meu filho foi assassinado, que entendi que foi ilegal, ilegítimo, [decidi] que seria uma pedra no sapato do Estado. Cobrar justiça seria o sentido da minha vida”

que, diretamente, o Estado violou. Hoje me enxergo a Cristina mãe e política, mas tive que deixar de lado aquela mãe que eu era.

Você falou que o Estado violou a sua vida. O que isso quer dizer?

O Estado mata a gente, quando mata um filho nosso. Somos obrigadas a morrer, também. Fui obrigada a deixar de ser aquela mãe que eu era. Não foi porque eu quis, foram eles que me colocaram nessa situação. Não foi por livre e espontânea vontade. De repente, dormir mãe de 4 filhos e acordei mãe de 4 filhos, sendo um morto pelo Estado. Tive que aprender a lutar contra essa violência estatal.

Como tem sido essa luta?

É muito difícil, ainda mais quando você não sabe de nada, não entende nada da política e precisa se enfrentar com uma política cruel de mortes pela polícia. No começo me senti muito sozinha na luta, às vezes ainda me sinto assim, mesmo arrodeada de pessoas maravilhosas. Mas eu determinei para mim mesma – quando meu filho foi assassinado, que entendi que foi ilegal, ilegítimo, que o Estado não tem o direito de matar – que seria uma pedra no sapato do Estado, que a partir daí, ia aprender a bater de frente. Cobrar justiça seria o sentido da minha vida.

Como é a relação, a construção de laços, com as outras mães que perderam seus filhos?

A gente se une, depois que somos jogadas se querer nessa situação pelo Estado. Nos encontramos nas ações, nos atos, em atividades políticas. A gente se apoia uma na outra. Essa



união é necessária, porque juntas somos mais fortes. Minha tarefa é ajudar nesse fortalecimento, mostrar que precisamos denunciar, sim. Sem contar que esses espaços também ampliam a nossa visão.

Em que sentido?

Tiraram a venda dos meus olhos. Eu tinha a visão de que a polícia era a proteção da sociedade civil. A polícia era a profissão que eu idolatrava. Era Deus no céu e a polícia na terra por nós. De repente, meu filho é assassinado por eles de forma cruel, desumana e inocentemente.

zendo que eles tinham que respeitar a polícia, que a polícia era a lei, a proteção da nossa família. Mas quando me entregaram meu filho morto, dentro de um saco plástico, foi um choque de realidade na minha vida. A polícia era a profissão que eu idolatrava. Era Deus no céu e a polícia na terra por nós. De repente, meu filho é assassinado por eles de forma cruel, desumana e inocentemente.

“Tantos os governos de direita e de esquerda não respeitam os direitos humanos.”

A violência da polícia é uma política de Estado?

Sim. Quando meu filho foi assassinado, iam-se completar 16 anos dos crimes de maio (de 2005). Isso mexeu muito comigo. Há 16 anos houve um massacre, uma chacina em São Paulo, um movimento de pessoas se levantou para cobrar o fim dessa política de mortes. O que aconteceu? Nada. A polícia seguiu agindo da mesma forma. Há 16 anos, quando os filhos das mães de maio foram assassinados, o Denys estava dentro do meu ventre. Meu filho viveu 16 anos para se repetir a história. Não está tendo punição aos assassinos e o Estado segue com a sua política de violência.

Este ano no Brasil vimos chacinas cometidas pela polícia em vários estados, em governo da direita e dos ditos de ‘esquerda’. Como você avalia isso?

Em um evento que participei com a presença de Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, disse que essa democracia que está aí matou o meu filho. Tantos os governos de direita e de esquerda não respeitam os direitos humanos.

No próximo dia 18 acontece a segunda audiência de instrução do processo. Qual a expectativa?

O juiz vai ouvir as testemunhas de acusação, as testemunhas de defesa e os réus. Para depois decidir se o caso vai a júri popular ou não. Fazemos a defesa de que vá a júri popular. O caso não pode voltar à Justiça Militar. Lá eles já foram absolvidos. É preciso justiça!

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RFXS1H](https://bit.ly/3RFXS1H)**